



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº. 5.139, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE  
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS  
DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o benefício de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), de natureza indenizatória, aos servidores ativos da Administração Direta do Poder Executivo e do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari.

**§ 1º** Farão jus ao benefício previsto no caput os seguintes servidores:

I – efetivos;

II – empregados públicos e contratados por designação temporária;

III – ocupantes de cargos em comissão.

**§ 2º** O servidor em gozo de férias perceberá o auxílio-alimentação de forma integral.

**§ 3º** O benefício também será devido aos servidores licenciados para exercício de mandato classista e agentes públicos que atuam no Conselho Tutelar.

**Art. 2º.** As faltas injustificadas acarretarão o desconto proporcional de 1/30 (um trinta avos) por dia de ausência.

**Parágrafo único.** Atrasos de até 15 (quinze) minutos no início ou término da jornada não implicarão desconto no auxílio-alimentação, facultando-se à chefia imediata a utilização de meio alternativo ao eletrônico para controle de frequência.

**Art. 3º.** O servidor deixará de receber o auxílio-alimentação no mês em que:

I - estiver em licença para o serviço militar;

II – estiver em licença para campanha eleitoral;



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

III – estiver em licença para tratar de interesses particulares;

IV – estiver em licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, sem remuneração;

V – estiver no exercício de mandato eletivo;

VI – estiver cumprindo pena privativa de liberdade;

VII – estiver em cedência para outros entes federados (municipal, estadual e federal) sem ônus para o Município de Guarapari.

**§1º.** Não fará jus ao auxílio-alimentação o servidor cedido a Guarapari por outros entes federativos

**§2º.** Não fará jus ao auxílio-alimentação o servidor estabilizado ou com isonomia salarial nos cargos de agente político.

**§3º.** Não será devido auxílio-alimentação estagiários.

**§4º.** Não será devido auxílio-alimentação aos profissionais do magistério com carga inferior a 15 (quinze) horas semanais.

**Art. 4º.** O auxílio-alimentação não:

I – será incorporado ao vencimento, remuneração ou proventos;

II – configurará rendimento tributável;

III – integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária;

IV – será caracterizado como salário-utilidade ou parcela de natureza remuneratória;

V – será cumulável com qualquer outro benefício semelhante.

**Parágrafo único.** O servidor ocupante de dois cargos públicos, nos termos constitucionais, fará jus a apenas um auxílio-alimentação.

**Art. 5º.** O auxílio-alimentação possui natureza exclusivamente indenizatória e, sob nenhuma hipótese, integrará a remuneração, pensão ou salário de contribuição previdenciária.

**Art. 6º.** O benefício poderá ser percebido cumulativamente com diárias pagas em razão de afastamento temporário do servidor, no interesse do serviço.



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 7º.** O valor do auxílio-alimentação poderá ser reajustado anualmente por ato do Poder Executivo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, preferencialmente na mesma data da revisão geral anual, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que o substitua.

**Art. 8º.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as medidas administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias, previdenciárias e contábeis necessárias à execução desta Lei.

**Art. 9º.** Os casos omissos e as demais normas complementares à presente Lei serão regulamentados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 10.** O auxílio-alimentação será concedido mensalmente por meio de cartão, obedecido o cronograma orçamentário e financeiro do Município, com utilização restrita a estabelecimentos comerciais situados no Estado do Espírito Santo e devidamente credenciados.

**Parágrafo Único.** O benefício será custeado com recursos dos órgãos ou entidades aos quais os servidores estejam vinculados, devendo constar na proposta orçamentária os recursos necessários à sua manutenção.

**Art. 11.** Fica facultado ao Poder Executivo conceder o benefício por meio de folha de pagamento, conjuntamente com a remuneração mensal, desde que mantida sua natureza indenizatória.

**Art. 12.** Outras disposições relativas à concessão do auxílio-alimentação poderão ser regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, observadas as diretrizes desta Lei.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente.

**Art. 14.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.519/2013.

Guarapari–ES, 16 de dezembro de 2025.

**RODRIGO LEMOS BORGES**  
***Prefeito Municipal***

Projeto de Lei (PL)  
Autoria do PL Nº. 232/2025: Poder Executivo Municipal  
Processo Administrativo Nº. 301804244



**PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE GUARAPARI  
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari – ES, 16 de dezembro de 2025.

**OF. GAB. CMG Nº. 187/2025**

**A Excelentíssima Senhora  
Vereadora SABRINA BUBACH ASTORI  
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES.**

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Colenda Casa Legislativa, o sancionamento da Lei Ordinária Nº. 5.139/2025 aprovada por esse Parlamento Municipal, originada do caderno processual administrativo nº. **301804244**.

Atenciosamente,

**RODRIGO LEMOS BORGES**  
***Prefeito Municipal***